

*Lourenbergue Alves\**

## INTRODUÇÃO

Há quase três séculos, no meio do serrado brasileiro, brotava a semente (plantada pelos sertanistas paulistas e preadores de índios) do Estado mato-grossense. Nascia, é verdade, como parte de uma Colônia que se encontrava a serviço dos interesses do comércio europeu. E, como tal, foi igualmente inserido no processo mercantil - inicialmente, com a produção de ouro; posteriormente, com o extrativismo vegetal destinados ao mercado internacional. E, em contrapartida, importando produtos manufaturados. Com isso, Mato Grosso promovia a acumulação de capital.

Além de promover a acumulação de capital, a Capitania de Mato Grosso deveria ser, no dizer de Virgílio Corrêa Filho, a garantia de todo o Brasil, visto constituir-se a barreira que cobre e guarda o interior do vasto país.

Mas a situação da capitania foi sempre muito difícil. Não houve uma única gestão sem as dificuldades econômico-financeiras. O empobrecimento das finanças públicas espelhava-se no péssimo estado das estradas, mal abertas e pior conservadas, e das vias fluviais, que se encontravam cheias de obstáculos, dificultando o tráfego. Espelhava-se também na falta de carência de numerários para o pagamento do funcionalismo. Os pagamentos atrasavam meses seguidos, inclusive dos que se encontravam nos postos estratégicos militares.

A Coroa portuguesa sabia desse estado de penúria da Capitania. Mas ela não se importava com isso. Interessava tão somente com a preservação de seus domínios (não se importando em que situação

\* Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Historiador, Professor de História junto à UNIC.

se encontravam os soldados nas guarnições militares). Isso explica parte das crises econômica e social em Mato Grosso, mas não as justifica. Como também não pode - nem deve - nortear as investigações dos historiadores. Cabe -nos - a exemplo do que já dizia Alcir Lenharo - fazer a crítica, inserir a razão onde é falta, levantar questões, lançar bases teóricas que propiciem o resgate do processo histórico corrente e fundamentem a sua inteligibilidade.

Assim, investigar o processo de criação, implantação e consolidação da Capitania de Mato Grosso é necessidade premente, atualíssima. O simples fato de se terem passados 250 anos de seu surgimento não quer dizer que ela esteja morta, soterrada pelo tempo. A História não adormece na idade da Colônia. Ela pode até ser esquecida, guardada em pequenas latas e prateleiras dos arquivos. Mas não significa que esteja moribunda. Mortal é o ser humano, como também o são as plantas, que morrem ao sol ardente.

A História jamais morre. O fluxo histórico apenas muda de ritmo na passagem do estatuto colonial para o nacional. Resta à pesquisa histórica desvendar as razões objetivas dessa disritmia, cujos desdobramentos marcaram todo o transcorrer desses quase três séculos de aniversário da criação da Capitania de Mato Grosso.

### **O Brasil a Serviço do Processo Mercantil Europeu**

A colonização brasileira está intrinsecamente ligada a uma parte da história comercial européia do século VI<sup>1</sup>. Tudo no Brasil - Colônia - atividades econômicas e a própria sociedade - foi estruturado visando a realização dos interesses do comércio europeu. A economia da

1 ALEIXO, Lúcia H. Gaeta. A Propósito do Capital Mercantil em Mato Grosso - séculos XVIII -XIX. In: Revista da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, set. - dez. 1981, p. 20.

2 CHIAVENATO, Júlio J. O Negro no Brasil. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 26.

3 ALEIXO, Lúcia H. Gaeta. Ob. cit., p. 30.

4 Ibidem.

Colônia, através do latifúndio e da monocultura monopolizada, tinha que favorecer o crescimento da economia metropolitana<sup>2</sup>. Da exploração da economia colonial, cuja produção, posta em disponibilidade ao comércio metropolitano, era responsável pela geração de massa significativa de mais valia, apropriada na circulação pela burguesia e Estado metropolitanos.<sup>3</sup> Isso significa que a colonização estava totalmente organizada no sentido de promover a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia européia.<sup>4</sup> Para isso tornou-se extremamente necessário produzir aquilo que tinha procura crescente nos mercados da Europa.

Fazendo parte dessa engrenagem expansionista ultramarino da política econômica européia, a produção agrícola do Brasil -Colônia promoveu a garantia do comércio exterior português e, conseqüentemente, o enriquecimento da Coroa e do grupo mercantil. Sabe-se que a exportação colonial rendeu mais de 536 milhões de libras para o comércio externo português a partir do Brasil -Colônia<sup>5</sup>, conforme demonstra o quadro a seguir:

<b>Produtos</b>	<b>Valores em milhões</b>	<b>Porcentagem</b>
Açúcar	300	55,97
Mineração	170	31,70
Pau -Brasil	15	2,80
Couros e Peles	15	2,80
Algodão	12	2,23
Tabaco	12	2,23
Arroz	4,5	0,83
Café	4,0	0,75
Outros	3,5	0,69

Fonte: Chiavenato Júlio J. op. cit.,

Assim, a Colônia brasileira cumpria o seu papel: o de

<sup>5</sup> CHIAVENATO, Júlio J. ob. cit., p. 36.

ampliar a acumulação primitiva do capital nas mãos da burguesia e do Estado lusitano.

Todavia, um problema dinástico (em 1580) impediu Portugal de acumular capitais para promover o desenvolvimento do capitalismo lusitano. Durante sessenta anos (1580 -1640) a Coroa portuguesa ficou submetida ao domínio espanhol.

Para se ver livre do domínio espanhol, Portugal buscou ajuda da Inglaterra. Esta, em troca, passou a fazer bom uso dos portos portugueses na sua própria luta para construir o império britânico e controlar as rotas marítimas do Atlântico Sul e do Mediterrâneo.

O acordo entre Portugal e Inglaterra foi selado com quatro tratados comerciais, iniciado com o de 1642 e terminado com o de Methuen (1703). A propósito, eis um trecho do Tratado de Methuen:

*Art.1º - Sua Majestade El. Rei de Portugal promete, tanto em seu nome como no de seus sucessores, admitir para sempre, daqui em diante, no Reino de Portugal, os panos de lã e mais fábricas de lanifício da Inglaterra...*

*Art.2º - É estipulado que sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio nome e no de seus sucessores, será obrigada para sempre, daqui em diante, admitir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal...<sup>6</sup>*

Assim, em vez de criar uma dinâmica indústria manufatureira, o capital português dirigiu-se para a plantação de uvas e fabricação de vinho. Por essa razão, a economia de Portugal ficou a mercê da britânica. Pois as importações portuguesas excediam as suas exportações para a Inglaterra. Agravando, com isso, o seu balanço de pagamentos desfavoráveis. Tornou-se, portanto, fundamental para Portugal a presença de ouro no Brasil.

Estimulados pela Coroa portuguesa e pela crença de que todo território da América possuía ricos depósitos auríferos, muitos aventureiros embrenharam-se pelo interior da Colônia. Não se preocupando com os obstáculos de uma natureza agreste e regiões

6 SODRÉ, Nelson W. Formação Histórica do Brasil. 11ª ed. São Paulo, DIFEL, 1982, p. 157.

7 DAVIDO FF, Carlos. Bandeirantismo: Verso e Reverso. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 30, (Tudo é História, 47).

8 Ibidem, p. 81.

montanhosas e a fúria indígena.<sup>7</sup>

É importante salientarmos aqui, no entanto, que os bandeirantes adentraram o interior da Colônia não porque eram "grandes heróis" e/ou "construtores épicos do Brasil", como procurou cultivar e difundir a versão oficial do bandeirismo. Mas, sim, porque esses homens tinham urgente necessidade de buscar alternativas econômicas fora dos quadros da agricultura. Além disso, a busca das minas revelava uma nova tentativa de encontrar soluções para a pobreza de São Paulo dos séculos XVI e XVII<sup>8</sup>.

Depois de várias tentativas no interior de Piratininga sem sucesso, o precioso metal foi encontrado em grande quantidade nas Minas Gerais entre o final do século XVII e o início do seguinte.

Iniciava-se, então, a "corrida do ouro". Todos queriam chegar às minas. Não apenas os habitantes da Colônia. Foi significativo, igualmente, o fluxo migratório europeu. A chegada maciça de estrangeiros, que vinham disputar a posse das novas riquezas aos paulistas, logo teve por conseqüência a eclosão de seguidos conflitos entre os forasteiros ou emboabas e os grupos locais. Esses confrontos, no século XVIII, se resolveram pelos meios repressivos utilizados por Portugal.

Em 1809, os emboabas expulsaram muitos paulistas das zonas auríferas de Minas Gerais. Estes últimos, inconformados, partiram à procura de novos depósitos auríferos (surgindo, daí, a exploração de ouro na Bahia e em Goiás, por exemplo) ou voltaram a exercer a atividade do apresamento indígena.

Essa "nova" etapa de caça ao índio - cada vez mais distante e difícil - permitiu um trânsito constante de sertanistas paulistas além da linha de Tordesilhas, contribuindo para o alargamento das fronteiras da Colônia portuguesa e o contato efetivo com Mato Grosso.

Foi, então, através da caça ao índio que os sertanistas paulistas tiveram contato com Mato Grosso - uma região praticamente desconhecida. Ainda no correr do século XVII até começos do século

9 SETUBAL, Paulo. O Ouro de Cuiabá. São Paulo, Editora Nacional, 1933, p. 120.

seguinte, a procura de indígenas mobilizou levadas de bandeirantes para os sertões mato-grossenses, até que, através do rio Tietê, atingindo outros rios, passando por Camapuã atual e navegando pelos rios Taquari, Paraguai e Cuiabá (o mesmo trajeto tomado por Pires de Campos), Pascoal Moreira Cabral, seguindo nativos para aprisioná-los e escravizá-los, encontrou ouro às margens do Coxipó, em 1719. Paulo Setubal descreveu assim a "cata de ouro" às margens do rio Coxipó.

*Com que furor meteram-se (os integrantes da bandeira de Moreira Cabral) ao trabalho! As águas do Coxipó entupiram-se de lavageiros. Não tinham eles trazidos instrumentos próprios para minerar. Pouco importa! Improvisaram, às pressas, toscas panelas de pau. Improvisaram, com a ferragem da bandeira, rústicos arremedos de aluviões. E as panelas de pau mergulhavam, sem cessar, nos veios da correnteza. E os arremedos de aluvião roncavam, dia e noite, nos tabuleiros das margens. Dos veios, vinham as panelas refertas de areias que luziam. Dos tabuleiros, brotavam cascalhos prenhes de metal que chispava. E os caboclos dentro da água, na alucinação da riqueza, apuravam ouro e mais ouro com frenezi.<sup>9</sup>*

Além das minas do Coxipó, outras lavras foram descobertas em terras mato-grossenses, a saber: as lavras do Sutil, em 1722, às margens do Prainha; as da Chapada de São Francisco Xavier (1732), propriamente na região do rio Galera; as dos ribeirinhos de Santana e de Brumado; as do ribeirão da Conceição, em 1736, situadas no sul da Chapada de São Francisco Xavier; as das cabeceiras do rio Arinos onde se fundou o Arraial de Santa Izabel; as de Nossa Senhora dos Remédios, em 1756, a quatro léguas de distância das minas do Cuiabá; as de Beripoconé, em 1777, que, mais tarde, se constituíram no Arraial de São Pedro d'El Rey (atual Poconé); as do Sapateiro (1789), localizada também a quatro léguas do Cuiabá; as do Alto Paraguai, de diamante<sup>10</sup>. Prosseguindo as descobertas auríferas, rumo ao Oeste de Cuiabá, alcançando os vales do Guaporé, Sararé e do rio Galera, entre 1770 a 1783, outras lavras foram achadas como a de Nossa Senhora do Pilar, Santana, Ouro Fino, São Vicente, Santa Bárbara e Lavrinha<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> MELGAÇO, Augusto Leverger. Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso. RIHGB, v. 205: out. - dez.1949, p. 288.

<sup>11</sup> Ibidem.

Nota-se aí que a indústria extrativa do ouro foi a responsável pela ocupação de Mato Grosso e, igualmente, pelo alargamento das fronteiras da Colônia portuguesa ao extravasar os imaginários limites de Tordesilhas (que definia os limites entre as terras de Portugal e Espanha), resultando na expansão ocidental do Império português na América do Sul. Em função disso, a administração lusitana na região tornou-se essencialmente uma administração militar, que deveria estar preparada para defender os domínios portugueses de ataques indígenas e espanhóis. A própria criação da capitania de Mato Grosso tinha este propósito.

### A Capitania de Mato Grosso

A capitania de Mato Grosso foi criada pela Carta Régia de 9 de maio de 1748.

*[...]A Capitania) confina ao norte com as Capitânicas do Pará e do rio Negro; pelo oriente com as de Goiás e São Paulo; e pelo sul e ocidente com três governos espanhóis, que são: o generalato da cidade de Assunção do Paraguai e os dois governos das provincias de Chiquitos e Mochos - extremo que compreende quinhentas léguas de larga fronteira, toda aberta aos ditos três governos espanhóis, faz por este lado ser da maior importância de Mato Grosso, e deve ser considerada como uma barreira, que cobre e guarda o interior do Brasil (...) A extrema Capitania de Mato Grosso, com os confinantes domínios espanhóis, são por quinhentas léguas de extensão os rios Paraguai e Guaporé com parte do Madeira, os quais devem ser considerados como dois amplos fossos que fecham e defendem não só a entrada para o interior do Brasil, mas riquíssimos sertões que encerram em si famosas minas de ouro e diamantes, e que distam da extrema espanhola pelas imediações de Jaurú e de Vila Bela apenas de 60 até 100 léguas.<sup>1 2</sup>*

A capitania de Mato Grosso foi criada com o propósito de defender os domínios portugueses na Bacia Amazônica e sobre as rotas navegáveis vitais para o abastecimento da região

12 SERRA, Ricardo F. de Almeida. Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. Cuiabá, Edições da Universidade Federal de Mato Grosso, 1975, p. 3, 4.

13 LEITE, Luís Philippe P. Capitães - Gerais de Mato Grosso. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1973, p. 12.

mato-grossense (rios Paraguai, Paraná e Guaporé), constituindo-se no antemural da colônia. A respeito, vale a pena citar algum trecho do que afirmou Luis-Philippe:

*[...] porque a extensão (de Mato Grosso) ainda excedia a de Goiás, e a distância é muito maior, gastando de São Paulo à Vila do Cuiabá seis meses de trabalhosíssima navegação e dali a Vila Bela outro mês, como pela circunstância de confinar esta vila com o governo espanhol de Santa Cruz de La Sierra, e com as aldeias dos jesuítas castelhanos dos Mochos e Chiquitos, donde nasce que sobrevindo, como já sucedem, e sucederá freqüentemente contendas por causa dos confins e da comunicação, é muito conveniente que ali haja um governador capaz de responder e obrar com acerto em semelhantes e casos para evitar as desconfianças da Corte de Madri, sem pedir o direito dos descobrimentos (...) que (a Capitania) contenha os vizinhos em respeito, e sirva de antemural a todo o interior do Brasil.<sup>13</sup>*

Para transformar a recém criada Capitania no antemural da Colônia, os capitães -gerais e governadores procuravam seguir a risca as determinações de Portugal. O primeiro deles, Gomes Freire de Andrade, que a governou do Rio de Janeiro, se assenhoriou dos detalhes relativos aos problemas de administração, questões de fronteiras, militares, fazendários e, enfim, da situação geral da capitania de Mato Grosso. Governou -a por mais de dois anos. Sempre vigilante<sup>14</sup>, dava as suas ordens administrativas para a Câmara da Vila do Cuiabá.<sup>15</sup>

*Não se pode negar a capacidade nem o zelo com que serve a El Rey (...) É ativo e prudente (...) Não obra coisa alguma sem tenção.<sup>16</sup>*

O segundo governador de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura, tomou posse em 1751. Em cumprimento às determinações da Coroa portuguesa, criou a Companhia de Dragões - responsável pela vigilância constante dos domínios lusitanos na região - e construiu a sede da Capitania num local estratégico no alto do Guaporé, para evitar que os espanhóis se assenhorassem da navegação no rio Guaporé. Além disso, fundou a aldeia de São Miguel de Lasmego, às margens do Guaporé, e ergueu o Forte de Conceição e um posto militar

em Pedras Negras.<sup>17</sup>

O terceiro governador e capitão-general, João Pedro da Câmara, tomou posse com a missão expressa de defender e armar a resistência da Capitania. Com este propósito, fundou vários postos avançados de defesa em pontos estratégicos nos rios Jaurú e Paraguai. Tais empreendimentos foram melhorados na administração de Luís Pinto de Souza Coutinho. Este capitão-general, por determinação do Marquês de Pombal, executou a expulsão da Companhia de Jesus da área mato-grossense.

*A Companhia de Jesus foi uma das vítimas mais evidentes dos acontecimentos postos em marcha pelas pretensões imperiais do governo de Portugal e pelas tentativas de nacionalizar setores do sistema comercial luso-brasileiro. Dado o pano de fundo do esforço para povoar e explorar tão grande território tropical e subtropical, para estimular casamentos indo-europeus e consolidar o domínio nacional, o choque com os jesuítas tinha de surgir como inevitável subproduto. Os jesuítas dominavam as fronteiras nos dois pontos mais sensíveis e vitais do sistema imperial de D. Luís da Cunha: o rio Amazonas ao norte e os rios Uruguai e Paraguai ao sul.*

*A política dos jesuítas em relação aos indígenas também ficava a meio caminho, como um obstáculo ao desejo de povoar e de europeizar o interior, mediante a assimilação (...) Opondo-se às autoridades, as missões guaranis pegaram em armas. (Além disso) as missões jesuítas do Paraguai eram consideradas como zona de "comércio vantajoso" para os comerciantes ingleses.<sup>18</sup>*

A expulsão da Companhia de Jesus da área de fronteira entre portugueses e espanhóis estava intrinsecamente ligada a política portuguesa de "comércio - espionagem - contrabando", que se servia como bandeira de defesa à fronteira. Os padres jesuítas constituíam-se

14 ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, 9 v.

15 PITALUGA, Paulo. Mato Grosso - Erros e Mitos de uma História. 1997, p. 15 (Mimco).

16 RELAÇÕES de Viagem que fez o Conde Azambuja, Dom Antônio Rolim de Moura, da Cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá, em 1751. In: Universidade Federal de Mato Grosso Correspondência, Cuiabá, Imprensa Universitária, 1982.

17 LEITE, Luis Philipe. Ob. cit., p. 20.

não só em obstáculos a prática desta política lusitana, mas a própria consolidação de força luso-brasileira em toda a fronteira, pois incitavam os índios (principalmente os paiaguás) e sertanistas espanhóis contra os portugueses.

Assim, o combate aos jesuítas significava a garantia de manter os próprios domínios portugueses na região limítrofe de Mato Grosso. Domínios posteriormente mantidos através da criação dos chamados pontos estratégicos militares, durante a gestão do quinto governador da Capitania, Luís de Albuquerque. São eles: Fecho dos Morros e o Presídio de Nova Coimbra (atual Forte Coimbra), às margens do rio Paraguai; e o Forte do Príncipe da Beira, no médio -Guaporé.

Para dar o apoio militar e de suprimentos a essas guarnições, Luís de Albuquerque fundou o povoado de Albuquerque (atual Corumbá), às margens do rio Paraguai, ao norte do Forte de Coimbra e a meio caminho de Vila Bela (sede da Capitania), numa área de altos barrancos margeando o rio e estabelecendo-se abaixo do canal do Tamengo, que une a baía de Cáceres ao rio Paraguai. Além disso, Luís de Albuquerque fundou centros urbanos - que se constituíam na base de sustentação dos domínios portugueses -, a saber: ao sul de Corumbá e mais distante da margem do rio Paraguai, o povoamento de Albuquerque (este permaneceu com o nome original); ao sul de Vila Bela e bem próxima à linha divisória com a Bolívia, Casalvasco; na parte norte do Pantanal, São Pedro de El Rey (Poconé); e, na margem original do rio Paraguai, no ponto em que este cruza com a estrada Cuiabá - Vila Bela, Vila Maria (Cáceres).

Esses núcleos urbanos e os pontos militares - ambos pontos estratégicos de defesa da Capitania - foram logo povoados por índios (bororos e paresis, principalmente) e brancos, atraídos por bugigangas e medidas fiscais e anistia penal, respectivamente. Povoar significava, acima de tudo, garantir e consolidar uma posição de força em toda fronteira.

18 MAXUEL, Kenneth. A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira - Brasil e Portugal -1750 1708 3ª ed. Tradução de João Maia, São Paulo, Paz e Terra, 1986, p. 44.

Com esse propósito, o capitão-general João de Albuquerque (o sexto governador da Capitania) tratou de aproximar dos índios Guaicurus - os cavaleiros do Pantanal - e atraí-los para os centros urbanos. Mas a malária (que o levou a morte, depois de seis anos de governo) o impediu de realizar completamente tal pretensão.

O sétimo governador da Capitania de Mato Grosso, Caetano de Miranda Montenegro, mal tomara posse e foi logo abalado pela invasão paraguaia (capitaneada pelo governador de Assunção, Dom Lázaro de Rivera) ao Forte de Coimbra (felizmente rechaçada pelos soldados do Forte comandados por Ricardo Franco).

Essa invasão não pode ser vista como fato isolado. Mas, sim, como parte da reação espanhola contra a criação da Capitania de Mato Grosso. A partir de 1748, não foram poucas as medidas de maior vigilância e de cunho militar, tomadas pelos espanhóis. O que fizera a tensão na fronteira aumentar. Justificando, assim, toda a preocupação da Coroa portuguesa em instalar guarnições militares e núcleos urbanos - como pontos estratégicos de segurança e de bloqueio, visando estancar o avanço dos castelhanos pelo rio Paraguai e pela margem oriental do rio Guaporé. As instruções dadas a Rolim de Moura determinaram a projeção amazônica porque, assim, se formaria um cordão de proteção à fronteira que permeasse os rios. A própria defesa da aldeia de Santa Rosa e a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (no Guaporé) provam a opção pela linha de fronteira do extremo-oeste (Guaporé - Madeira - Mamoré) até o Alto-Amazonas.

Para garantir o livre acesso entre a Capitania e o litoral, foi construído o Forte de Coimbra (daí a invasão de Dom Lázaro de Rivera neste Forte, na tentativa de impedir esse livre acesso) e fundado Cáceres. Dentro deste mesmo propósito, construiu-se o Forte do Príncipe da Beira, situado às margens do rio Madeira, tendo por finalidade manter livre acesso entre Vila Bela e Belém do Pará.

Além disso, entre o Forte da Conceição e Vila Bela abriu-se uma estrada por terra para, em caso de ataque, não ser bloqueada a comunicação com a capital de Mato Grosso. Soma-se a isso a criação da

Companhia dos Dragões de Pedestres, o Corpo de Ordenanças, a Legião de Auxiliares e canoas armadas em guerras - para serem empregadas nos rios Cuiabá, Paraguai, Taquari, Guaporé e outros.

Como podemos perceber, a preocupação primeira e única da Coroa portuguesa era a formação de um anteparo à expansão dos interesses espanhóis na América. Mas, estranhamente, ela não se importava com a forma e condição em que eram mantidas as frentes de ocupação, tão pouco interessava se seus representantes enfrentavam fome, doenças, animais ferozes e o atraso de mais de ano de soldos e salários. Isso pode ser percebido num trecho da carta do comandante do Forte do Príncipe da Beira, José Manuel da Cunha, endereçada ao Vice-Rei:

*Aqui carece de tudo, ouro, gente, armas e munições, mas a primeira falta é a que se faz mais sensível, porque sem dinheiro só os índios silvestres é que sabem atacar e defender.*<sup>19</sup>

Essa situação dos habitantes da fronteira, por sua vez, gerou um clima permanente de tensão, instabilidade e insegurança interna (o que, em contrapartida, favorecia as invasões castelhanas). Agravada ainda mais pela decadência econômica da região mato-grossense. A completa decadência das jazidas de ouro diminuía a capacidade de consumo da população. Luís D'Alincourt, com uma visão clara dessa crise, fizera a seguinte ponderação:

*(...) uma Província, que só exporta o ouro, e em que a agricultura é fraca; a população não avulta, o ouro é conduzido do seu seio para trocar-se por efeitos, que em breve tempo desaparecem; os descobertos não acham com freqüência, enfim ela vem de certo a cair no estado de pobreza, e a maior parte de seus habitantes fica reduzida a miséria: é disto o exemplo claro, o que sucede a esta Província, onde se tem extraído milhares de arrobas de ouro, porém que tem lucrado! Está reduzida ao mais deplorável abatimento (...) Eis aqui o estado verdadeiro do antemural do Brasil.*<sup>20</sup>

19 CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 428.

20 LENHARO, Alcir. Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização. Cuiabá, UFMT - Imprensa Universitária - PRODEF, 1982, p.13.

21 Ibidem.

Para fazer frente a essa situação caótica, os últimos capitães-generais e governadores tentaram de várias formas incentivar as finanças de Mato Grosso. Valeram-se, inclusive, da prática do contrabando (favorecido pela própria situação de fronteira). Todos se viram envolvidos com o comércio ilícito <sup>21</sup>. Rolim de Moura, por exemplo, chegou a informar ao Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, sobre a viabilidade de introdução de produtos manufaturados na região espanhola, limítrofe com as terras mato-grossenses. Isso porque Pombal pretendia canalizar o lucro do contrabando para os cofres da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Esta, em troca, prontificava-se a introduzir manufaturas inglesas em Mato Grosso, pela rota do Madeira, para que fossem colocadas no território colonial espanhol. De cada produto inglês, os comerciantes mato-grossenses, segundo a ordem de Pombal, só poderiam obter, no máximo, um lucro de 12%.

*O fornecimento de manufaturas para os domínios espanhóis aumentava consideravelmente seu mercado consumidor, além de receber gêneros de abastecimento para sua posterior revenda em Mato Grosso. O comércio ilícito foi facilitado por três caminhos da Capitania a Chiquitos (região espanhola). Além disso, por meio da navegação do Pará pelo Madeira se vendia aos colonos espanhóis das missões de Mochos não só ouro, mas também laços, bretanhas, lenços, louças da Índia, vidros, instrumentos, ferramentas, em troca de bestas, panos de algodão, sabão e prata.*

*Entre os produtos adquiridos por Mato Grosso estava a prata. Ela era o elemento fundamental na compra de gêneros importados, obtidos junto aos comerciantes do Centro-Sul brasileiro, uma vez que o ouro era demasiadamente valioso para as compras correntes no mercado. A prata era importante não só para a Capitania de Mato Grosso, mas também para Portugal.*

*Para Mato Grosso, o contrabando possibilitou-lhe o suprimento de algumas das necessidades mais prementes de seus habitantes.* <sup>22</sup>

---

22 ALVES, Lourcmbergue. *Na Contracorrente da História*. 1992, p. 123, (Mimeo).

Manuel Carlos de Abreu Meneses procurou sanar as dificuldades das finanças públicas. Mas, vitimado de malária, não pôde empreender nenhum programa a longo prazo.<sup>23</sup> Seu substituto, João Oeynhausien Gravenburg, incentivou o comércio com o Pará, abrindo a navegação do Arinos - Tapajós (1812), e tentou reativar a mineração, criando a Companhia de Mineração de Cuiabá.<sup>24</sup> Mas não obteve êxito algum. A propósito, apesar de longo, vale a pena transcrevermos a análise de Virgílio Corrêa sobre a situação financeira da Capitania de Mato Grosso:

*Em verdade, ao vencer o primeiro centenário da sua colonização regular, Mato Grosso esmorecia em penosa estemação econômica. O ouro, que lhe causara o povoamento, e que em tão grande cópia fora colhido à flor da terra, já se não apresentava abundante como outrora. Oeynhausien ainda tentou promover-lhe o aumento da produção, organizando, em 1817, a Companhia de Mineração de Cuiabá, que jamais corresponderia às esperanças a que deu causa.*

*A indústria pastoril e agrícola aproveitaram, é certo, grande parte dos braços que se desviaram da cata do metal. Mas se proporcionavam aos fazendeiros relativa abundância, somente em pequena porcentagem poderiam contribuir para enriquecer os cofres reais. Não produziam artigos de alto valor sobre os quais pudesse o fisco aprofundar as suas garras, nem dispunham de meios fáceis de exportação.*

*As estradas, por onde apenas trafegavam cargueiros (...), mal abertas, pior conservadas, eram em grande parte assoladas pelos índios, causadores de freqüentes danos aos comboios.*

*Obstáculos de outra ordem, não menos difíceis de vencer, tais como saltos e corredeiras, topavam os navegantes que preferissem viajar por qualquer das vias fluviais.*

*Mato Grosso devia ser "a garantia de todo o Brasil", visto constituir "a barreira que cobre e guarda o interior do vasto país" (...) Nos últimos anos, porém, falhara a contribuição que permitisse a Oeynhausien cuidar da instrução e prosseguir nos melhoramentos de que debuchara a traça. Nem ao menos possuía com que prover os armazéns reais, para cujo abastecimento empenhava o seu crédito pessoal junto aos amigos opulentos que lhe pudessem valer.<sup>25</sup>*

23 CORRÊA FILHO, Virgílio. Ob. cit., p. 437.

24 Ibidem, p. 438.

25 CORRÊA FILHO, Virgílio. Ob. cit., p. 454 - 456.

A situação da Capitania estava realmente difícil.

*O empobrecimento visível das finanças públicas espelha-se na carência de numerário para pagamento de funcionalismo. Os pagamentos atrasavam meses seguidos. Os comerciantes usavam de expedientes para garantir a venda a fiado. Recebiam dos clientes bilhetes de abonos do governo de Mato Grosso que depois eram resgatados em grande atraso (...) Não eram melhores as condições das guarnições militares inteiramente abandonadas à própria sorte. Falta absoluta de recursos.*<sup>26</sup>

Para resolver tal situação, o décimo e último governador da Capitania de Mato Grosso, Francisco Magessi, tentou fazer com que os direitos de entrada dos produtos que vinham pelo caminho terrestre fossem cobrados em Cuiabá e não em Goiás como ocorria; e proibiu que qualquer quantia arrecadada em Mato Grosso fosse enviada ao Rio de Janeiro, sem sua autorização.<sup>27</sup>

Contudo, todas essas medidas não surtiram os efeitos desejados. As dificuldades econômicas continuavam ameaçando a sobrevivência de Mato Grosso. Tais dificuldades não permitiam aos cofres públicos sequer manter, com pontualidade, a remuneração de seus empregados civis e militares. Como reflexo da falta de condições em superar seus problemas econômicos e financeiros, a fronteira meridional mato-grossense permaneceu em quase total abandono - comprometendo, assim, seriamente a segurança da região.

Nesse clima de instabilidade econômica, insegurança e intranqüilidade, a 20 de agosto de 1821, as forças de primeira e segunda linha (forças repressivas da Metrópole), o clero, nobreza e povo, reunindo-se nas Casas da Câmara e Paço do Conselho, depuseram Francisco Magessi do governo.<sup>28</sup>

Depois de Magessi, registrou-se a sucessão de várias Juntas Governativas e, pior ainda, a dualidade de governo, já que avultava a rivalidade entre Vila Bela e Cuiabá (a disputa entre estas duas cidades pela supremacia política da região estendeu-se desde a transferência do poder para Vila Bela, em 1751, até 1835, quando Cuiabá passou a ser, oficialmente, a sede de Mato Grosso).

26 LENHARO, Alcir. Ob. cit., p. 55. Grifos Nossos.

27 CORRÊA FILHO, Virgílio. Ob. cit., p. 458.

28 Ibidem, p. 463.

A situação da dualidade governativa, com Juntas sediadas em Cuiabá e Vila Bela, tornou-se mais um elemento de instabilidade administrativa, pois criou rivalidades e competições entre essas Juntas e mesmo no interior delas.

*Enquanto no próprio seio da Junta, as mesquinhas competições pessoais expunham a administração ao malogro fatal, o povo foi-se entrando na convicção de que o defeito era do regime e não dos homens.<sup>29</sup>*

Na realidade, a criação de Juntas Governativas foi o reflexo do Movimento Liberal Constitucionalista do Porto (1820) no Brasil.

Esse movimento liberal, provocado pela decadência monárquica na Europa e pela insistência de Dom João VI em permanecer no Rio de Janeiro, tinha o objetivo de instaurar, em Portugal, um regime constitucionalista e, por outro lado, recolonizar o Brasil. Foi o que observou, com pertinência, Prado Júnior:

*Dirige-se sobretudo contra (...) o absolutismo monárquico, e o regime econômico, social, político e administrativo a ele ligado (...) é certo também que o profundo dano sofrido pelos interesses portugueses com a nova política adotada pelo soberano com relação ao Brasil levou para o lado da revolução setores importantes do Reino, movidos unicamente por este fato. Aquela política representara nada menos que a separação de um secular parasitismo colonial que Portugal se acostumara em que fundava, pode-se dizer, a sua economia. O comércio com o Brasil, que a abertura dos portos em 1808 e tratado de 1810 fizeram passar para a Inglaterra, representava nada menos que nove décimos de todo comércio externo português. Éramos os únicos consumidores - forçados, está visto - dos medíocres produtos das indústrias portuguesas. Perdido Assim seu principal e quase único mercado (...) Os demais proventos que Portugal, sob as mais variadas formas, recebia do Brasil cessam bruscamente (...) É contra tal ordem de coisas que em grande parte se dirige ao movimento constitucionalista do Porto; e uma de suas preocupações máximas consistirá em reconduzir o Brasil ao antigo regime de colônia.<sup>30</sup>*

29 CORRÊA FILHO, Virgílio. Ob. cit., p. 467.

30 PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. 13<sup>a</sup> ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 48.

Com a recolonização, as Cortes de Lisboa tencionavam impedir o avanço do processo de liberalismo das atividades comerciais no Brasil, que provocava a perda das vantagens e privilégios dos portugueses. A perda dos monopólios comerciais significava quase a ruína total da economia portuguesa.

No Brasil, por outro lado, o grupo (composto principalmente de senhores rurais e comerciantes) que se beneficiara com o liberalismo do comércio colocou-se logo em luta contra os portugueses radicados em terras brasileiras, para garantir os privilégios que obtiveram. A própria deposição de Francisco Magessi (representante da Coroa portuguesa em Mato Grosso) tinha este propósito.

Assim, a deposição de Francisco Magessi (1821), que representou, de uma certa forma, uma manifestação da crise do sistema colonial e de rejeição da intenção de recolonização da Coroa portuguesa para uma elite dominante radicada em Cuiabá.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi através da caça ao índio que os sertanistas paulistas tiveram os primeiros contatos com a terra mato-grossense. No entanto, o seu povoamento só teve início com a descoberta e exploração das minas auríferas. E, como parte da Colônia, Mato Grosso foi inserido no processo mercantil e, por isso, compelido a exportar toda a sua produção de ouro para o mercado europeu - cumprindo, pois, o seu papel de ampliar a acumulação primitiva de capital nas mãos da burguesia européia. Isso a nível externo. Já no âmbito interno, a acumulação primitiva do capital deu-se com a venda de índios, com o contrabando da prata dos domínios espanhóis e com o lucro obtido através da circulação de mercadorias.

Todavia, dentro desse processo mercantil, Mato Grosso não ficou a salvo das crises econômico-financeiras. Ao longo dos anos, foi notório o empobrecimento das finanças públicas, espelhando-se na carência de numerários para pagamento do funcionalismo. Os pagamentos atrasavam meses seguidos.

Essa situação caótica da economia refletiu de forma negativa na condição de vida da população, sobretudo das camadas pobres de Mato Grosso.

Além das dificuldades financeiras, a sociedade local conviveu também com uma violência institucionalizada - fruto da ocupação de fronteira colonial, das formas de exploração implantadas na região e da própria condição de Mato Grosso como antemural da Colônia, que a colocava sempre na vigilância dos interesses portugueses na região, quer para defender os domínios de Portugal na bacia Amazônica ou quer para garantir a supremacia lusitana sobre os limites de fronteira. Isso, evidentemente, provocou reações imediatas do lado espanhol. O que aumentou a tensão na fronteira.

A tensão na região de fronteira sobreviveu às lutas de conquistas de Portugal e Espanha, refletindo-se no campo diplomático.

Dessas lutas, nasceram e foram assinados tratados entre portugueses e espanhóis. São eles: de Madri (1750), de El Pardo (1761) e de Santo Ildefonso (1777). Este último manteve as conquistas dos Capitães-Generais no mundo amazônico e, particularmente, na Capitania de Mato Grosso. Assim, graças ao Tratado de Santo Ildefonso e às várias gerações de brasileiros, podemos, hoje em dia, usufruir das belezas naturais de Mato Grosso e comemorarmos os quase três séculos de criação do antemural da Colônia.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. A Propósito do Capital Mercantil em Mato Grosso - século XVIII a XIX. In: *Revista da Universidade Federal de Mato Grosso*, Cuiabá, set. - dez. 1981.
- ALVES, Louremberg. *Na Contracorrente da História*. 1992 (Mimeo).
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, 9 v.

- BARRETO, Antônio E. Muniz. O Fluxo de Moedas entre o Rio da Prata e o Brasil (1800 - 1850). In: *Revista de História*, v. LI, nº 101, Ano XXVI, 1975.
- CHIAVENATO, Júlio J. *O Negro no Brasil*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro Instituto Nacional do Livro, 1969.
- DAVIDOFF, Carlos. *Bandeirismo: Verso e Reverso*. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Tudo é História, 47).
- LEITE, Luís Philipe P. *Capitães-Generais de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1973.
- LENHARO, Alcir. *A Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização*. Cuiabá, NDIRH/FUFMT, 1982.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira - Brasil e Portugal - 1750 a 1808*. 3ª ed., tradução de João Maria, São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- MELGAÇO, Augusto Leverger. Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso. *RIHGB*, v. 205, out. - dez. 1949.
- PITALUGA, Paulo. *Mato Grosso - Erros e Mitos de sua História*. 1997 (Mimeo).
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. 13ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.

RELAÇÃO da Viagem que fez Antônio Rolim de Moura da Cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá, em 1751. In: Universidade Federal de Mato Grosso - Correspondência, Cuiabá, Imprensa Universitária, 1982.

SERRA, Ricardo F. de Almeida. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. Cuiabá*. Edições da Universidade Federal de Mato Grosso, 1975.

SETUBAL, Paulo. *O Ouro de Cuiabá*. São Paulo, Editora Nacional, 1933.

SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*. 11ª ed., São Paulo, DIFEL, 1982.